



**XVII CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
14 a 16 de agosto de 2019 – Bento Gonçalves-RS**

**ÁREA TEMÁTICA 11 – CONTABILIDADE POR SEGMENTOS ESPECÍFICOS
(TERCEIRO SETOR, AGRONEGÓCIO, COOPERATIVAS, ETC.)**

Terceiro Setor: um estudo quanto às práticas de captação e prestação de contas dos recursos obtidos, por entidades filantrópicas de Santana do Livramento-RS

**João Luis Peruchena Thomaz – CRCRS nº 58.575
João Cleber de Souza Lopes – CRCRS nº 69.756
Daniel Alejandro Pereira Leal
Thadeu José Francisco Ramos**

Terceiro Setor: um estudo quanto às práticas de captação e prestação de contas dos recursos obtidos por entidades filantrópicas de Santana do Livramento-RS.

Daniel Alejandro Pereira Leal; bacharel em Administração – Unipampa Livramento.

Thadeu José Francisco Ramos, mestre em administração – UFRGS; professor adjunto – Unipampa.

João Luis Peruchena Thomaz, mestre em ciências contábeis – Unisinos; professor no curso de ciências contábeis – Urcamp/Livramento.

João Cleber de Souza Lopes, mestre em ciências contábeis – Unisinos; professor - coordenador do curso de ciências contábeis – Urcamp/Livramento – Alegrete.

TERCEIRO SETOR: Um estudo quanto às práticas de captação e prestação de contas dos recursos obtidos, por entidades filantrópicas de Santana do Livramento-RS

Resumo

O terceiro setor engloba as entidades sem fins lucrativos, privadas, voltadas as finalidades públicas ou coletivas para a geração do bem comum, conhecidas também como organizações filantrópicas. Estas, vêm ganhando grande importância por seu potencial de gerar benefícios sociais em áreas desassistidas pelo Estado, utilizando recursos públicos, pouco assistidas, e comunitários para a realização de suas atividades-fim. Assim, este estudo objetivou analisar as práticas de captação de recursos e prestação de contas no uso dos recursos financeiros das entidades filantrópicas que atendem ao fundo da criança e do adolescente, e ao fundo do idoso na cidade de Santana do Livramento – RS. A pesquisa, predominantemente qualitativa e com delineamento do estudo de múltiplos casos, sendo descritiva e exploratória, de natureza aplicada, para a coleta dos dados, foram utilizados como instrumentos, entrevistas e a análise documental. Mediante a análise dos resultados, ficou evidenciado, que a insuficiência de recursos financeiros recebidos dos setores público e privado, constitui seu maior desafio, devendo procurar auxílio na comunidade onde estão inseridas. Em todos os casos, identificou-se a necessidade de melhora no planejamento a médio e longo prazos, bem como de uma prestação de contas direcionada aos agentes externos. Constatou-se, ainda, a falta de projetos de marketing social.

Palavras-chave: Terceiro setor, prestação de contas, ONG

1. INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é visto, na atualidade, como impulsionador do desenvolvimento. Sua importância está nos benefícios sociais e econômicos gerados pelas entidades que o compõem. Assim, sua atividade e seu desempenho vêm sendo acompanhados com muito interesse, nas últimas três décadas, desde os âmbitos: político, econômico, acadêmico e da sociedade em geral - que se constitui na maior beneficiária.

Especificamente quanto ao setor político, estas entidades têm ganhado considerável apoio legislativo devido à relevância dos benefícios gerados em áreas sociais geralmente desatendidas pelo Estado, na forma de um arcabouço de disposições regentes que lhes permite importantes benefícios fiscais e isenções tributárias, prevendo também o trabalho não remunerado ou serviço voluntário (Lei nº 13.297, de 16 de junho de 2016) em suas organizações.

Quanto aos recursos necessários para seu funcionamento, a realização das atividades-fim destas organizações depende da captação de recursos financeiros e não financeiros provenientes de Instituições Privadas, do Governo e da sociedade onde estão inseridas.

À vista do exposto anteriormente, as propostas dos objetivos das entidades do Terceiro Setor, legalmente regulamentadas, mobilizam recursos da sociedade com a promessa de revertê-los em seu benefício. Percebendo-se, portanto, o estabelecimento implícito de um compromisso legal e ético destas organizações com seus *stakeholders* quanto à sua eficácia e eficiência.

Neste sentido, é necessário conhecer e melhorar os processos e as práticas existentes, visando alavancar a sustentabilidade organizacional e a geração dos benefícios esperados, especialmente em entidades que prestam assistência direta a pessoas em condições de vulnerabilidade econômica e social.

Desta forma, este estudo propôs-se abordar a questão da transparência em organizações do Terceiro Setor. Limitou-se ao conjunto de entidades filantrópicas que atendem crianças, adolescentes e idosos na cidade de Santana do Livramento- RS.

Consequentemente, elaborou-se a pergunta de pesquisa: quais as práticas de captação e prestação de contas no uso de recursos financeiros em entidades filantrópicas que atendem crianças, adolescentes e idosos na cidade de Santana do Livramento – RS?

Constituiu-se o objetivo geral: analisar as práticas de captação e prestação de contas no uso de recursos financeiros em entidades filantrópicas que atendem crianças, adolescentes e idosos na cidade de Santana do Livramento – RS.

Para atingir o objetivo geral deste trabalho, estabeleceu-se como objetivos específicos: identificar o perfil do gestor nas organizações do terceiro setor em Santana do Livramento; identificar o perfil das entidades sem fins lucrativos (ESFL) em Santana do Livramento; identificar as práticas de captação de recursos nas organizações estudadas; analisar o nível de utilização e conhecimento das informações contábeis e financeiras.

Justifica-se a importância deste estudo, na área de pesquisa, por sua contribuição para uma maior compreensão dos procedimentos financeiros e das principais dificuldades enfrentadas nas entidades sem fins lucrativos. Quanto à área da Administração, espera-se contribuir para gerar informações que auxiliem os Gestores destas organizações na tomada de decisões estratégicas, especificamente quanto ao ênfase sobre a importância da transparência na gestão do uso dos recursos comunitários e da incorporação ou aperfeiçoamento das boas práticas contábeis para a prestação de contas, visando a geração de vantagem competitiva na forma de um incremento na atratividade destas organizações para potenciais investidores (incluindo o Governo, no que se refere à renovação de certificações), o que resultará em maiores garantias de sustentabilidade destas e, conseqüentemente, no aumento de seu desempenho na geração dos benefícios sociais. Sob o interesse pessoal, para cumprir os requisitos para a conclusão da graduação em Administração.

O presente trabalho estrutura-se em seis sessões: a presente introdução; na sequência o referencial teórico utilizado como base de entendimento e compreensão do terceiro setor; os procedimentos metodológicos utilizados para responder a questão problema; em seguida a análise e discussão dos resultados; após nossas considerações finais e recomendações para futuros trabalhos; finalmente as referências utilizadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Generalidades do Terceiro Setor

Diz Drucker (2001) que “As instituições do terceiro setor são o grande sucesso corporativo nos últimos 50 anos. Elas são essenciais à qualidade de vida, à cidadania e, na verdade, trazem consigo os valores e a tradição da sociedade como um todo” (DRUCKER, 2001, p.13). A Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) (2015, p.26), afirma que a utilização do termo remonta-se à década de 1970, por pesquisadores Norte Americanos, espalhando-se a partir da década de 1980 primeiro pela Europa e logo para outras partes do mundo. O setor ganhou reconhecimento devido aos benefícios sociais que acarretou em áreas desatendidas pelo Poder Público, percebidos por seu potencial de geração de postos de trabalho e pelo caráter qualitativo e o idealismo das atividades-fim das organizações que o integram, baseados nos princípios de democracia, cidadania e responsabilidade social. Quanto à conceituação do Terceiro Setor, será apresentada a seguir a visão de autores selecionados.

Segundo o Instituto Pro Bono; Instituto Filantropia; Instituto Mara Gabrielli (IPB/IF/IMG) (2014, p.25), o termo Terceiro Setor faz referência às organizações compreendidas entre o setor Empresarial e o setor Estatal. Constitui-se das organizações

privadas, desvinculadas da organização da Administração Pública, cujo objetivo principal não é o lucro e cujas atividades são de interesse social e público. Tenório (2006) o define como organizações autônomas -ao referir-se à sua desvinculação com a União- que são “[...]voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado” (TENÓRIO, 2006, p.11). São organizações que buscam gerar desenvolvimento capaz de produzir “mudanças estruturais da sociedade”. Na visão da FBC (2015), o conceito de Terceiro Setor é construído a partir da natureza e campos de atuação das entidades que o compõe, e citando Fernandes (1994), o define como os “[...] organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente na sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento” (FBC, 2015, p.15). Cabe também destacar algumas características importantes das organizações que compõe o setor: alguns autores sugerem o voluntariado como um elemento característico do Terceiro Setor (Tenório (2006, p.11). Barbosa; Oliveira (2007, p.44). IPB/IF/IMG (2014, p. 100)). Outra característica importante apontada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) (2016, p.13), consiste na destinação dos recursos captados, os quais devem ser aplicados em sua totalidade na consecução dos objetivos-fim de sua constituição. O superávit do exercício deverá ser obrigatoriamente reinvestido em suas atividades-fim em território nacional. Também, as atividades do Terceiro setor contam com regulamentação específica, tópico que será desenvolvido em seguida.

A legislação Brasileira regulamenta as atividades do Terceiro Setor. De acordo com a FBC (2015, p.19-20, 27), compõe-se, essencialmente, de entidades legalmente constituídas como Pessoas Jurídicas de Direito Privado em Associações, Fundações, Organizações Religiosas, Partidos Políticos, Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Sindicatos, Confederações, Federações e Serviços Sociais Autônomos. De acordo com o IPB/IF/IMG (2014, p.20, 25, 28, 33-50), suas organizações poderão obter determinados títulos e certificações – como, por exemplo: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)- e também utilizar simultaneamente outras denominações em sua razão social, por exemplo: Entidade, Instituição ou Organização. A legislação Brasileira prevê isenções na tributação do Imposto de Renda tanto à Pessoas Físicas quanto Pessoas Jurídicas, por conta de doações e patrocínios às ESFL. De acordo com o CRCRS (2016, p.38-82), as ESFL possuem as seguintes obrigações: trabalhistas e previdenciárias, fiscais, contábeis, Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), entre outras. O Terceiro Setor tem como principal obrigação assessoria a prestação de contas e a renovação de Certificações e Titulações (p.46). Suas organizações também estão sujeitas às normas e procedimentos contábeis: registro contábil e contabilização de eventos; elaboração e publicação de demonstrações contábeis; guarda e manutenção de documentos fiscais; auditoria independente (p.80) (Lei nº 11.638/ 2007).

Drucker (1994, p.13-16) aponta os principais desafios enfrentados pelas entidades do Terceiro Setor. O autor chama a atenção para a gerência quanto fator-chave de sucesso para estas entidades e quanto ferramenta é essencial para elas. Também, apontando a necessidade de teorias específicas, explica que a maior parte do conhecimento existente foi desenvolvida para satisfazer as necessidades empresariais, e que às ESFL lhes é conferida muito pouca atenção. Sugere que é necessário contar com produção científica adequada às necessidades específicas deste Setor, suas necessidades humanas e organizacionais, destacando “o papel completamente diferente que o conselho diretor desempenha nas mesmas; a necessidade de atrair voluntários, desenvolvê-los e gerenciar seu desempenho; nas relações com uma diversidade de públicos; na arrecadação e administração de fundos”.

Na seção seguinte trataremos das captações de recursos que as entidades sem fins lucrativos podem se beneficiar para suas manutenções.

2.2 Captação de recursos

Como fora comentado anteriormente, as ESFL são organizações de direito privado. Nesta condição, e a pesar de que não visam ao lucro como o objetivo principal de sua constituição, fica implícito que elas necessitam de recursos financeiros para garantir sua sustentabilidade econômica e a consecução de seus objetivos-fim (seus objetivos sociais). Necessitam promover a geração de renda.

Para Drucker (1994, p.15-16) a captação de recursos financeiros constitui um grande desafio para o Terceiro Setor. Nesse sentido diz: “Hoje, entretanto, as instituições desse setor enfrentam desafios muito grandes e diversos. O primeiro é de converter doadores em contribuintes. [...] E há o segundo grande desafio para as instituições sem fins lucrativos: criar identidade e objetivo comuns”.

Tenório (2006, p.11), referindo-se às Organizações Não Governamentais (ONGs), indica a procura por financiamento junto às agências de cooperação internacional.

Pereira (2013, p.100-103) propõe a elaboração e o encaminhamento de projetos para instituições nacionais e internacionais como atividade-chave para a captação de recursos financeiros. Recomenda a realização de algumas atividades com a finalidade de gerar receita, além das atividades próprias da organização, como por exemplo: venda de produtos, organização de eventos, produção de materiais e contratos de prestação de serviços.

Para a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (2009, p.91), constituem possíveis fontes de recursos para as ESFL: o Estado, Agências Internacionais (Organismos da Organização das Nações Unidas (ONU); Agências Regionais) e o Setor Privado (especificamente: organizações, empresas e indivíduos). Ainda, como fonte geradora de recursos, faz referência à organização de eventos e campanhas especiais. Apresenta também como outros recursos disponíveis: recursos a fundo perdido; recursos disponíveis na forma de linha de crédito com juros subsidiados; recursos disponíveis na forma de incentivos fiscais para financiadores privados. Recomenda a utilização do “marketing social” como ferramenta disseminadora da causa.

A Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de São Paulo (OAB SP) (2011, p.8) elenca, como fontes de recursos: doações, incentivos fiscais, atividades de geração de renda, apoio de Fundações e Organismos Internacionais e Governo. Também menciona o Voluntariado como fonte de recursos. Como atividades de geração de renda, lista: fundos patrimoniais (para a geração de rendimentos através de investimentos) e a venda de produtos ou serviços, para os quais aconselha prever em estatuto a comercialização de mercadorias ou serviços como meio para a sustentabilidade da entidade, cuidando também para que estas atividades sejam corretamente caracterizadas de acordo com a natureza jurídica da instituição: realização da inscrição das atividades junto aos órgãos competentes; o cumprimento de obrigações acessórias. Relaciona, como formas indiretas de financiamento: a imunidade tributária, a isenção tributária e os incentivos fiscais. Como atividades diretas: contrato, convênio, contrato de gestão, termo de parceria e auxílios e subvenções.

Ampliando a informação do parágrafo anterior quanto às formas de financiamento indireto previstas na Legislação Brasileira, o CRCRS (2016, p.30-37) diz que as organizações que representam o Terceiro Setor, cumprindo com os requerimentos também previstos na legislação, poderão ter acesso à importantes benefícios na forma de imunidade tributária em: patrimônio, renda ou serviços (Art.150º da Constituição Federal; Art. 9º e 14º do Código Tributário Nacional de 1966). Também, sugere que estas instituições poderão beneficiar-se de isenção tributária (Lei nº 12.101/2009, Decretos nº 7.300/ /2010 e 8.242/2014) o qual refere-se especificamente à isenções na contribuição social: PIS e COFINS (Art. 22º e 23º da Lei nº 8.212/1991; Incisos III-IV do Art. 9º da Instrução Normativa SRF nº 247/2002; Inciso 1º do Art. 15º e inciso 7º do Art. 195º da Lei nº 9.532/1997).

Dada a origem de seus recursos e os benefícios previstos na legislação, as ESFL tem uma responsabilidade legal e ética quanto à transparência e prestação de contas à sociedade. Este assunto será abordado na próxima sessão.

2.3 Importância das ferramentas e procedimentos contábeis para uma adequada gestão da transparência e da prestação de contas

Conforme a Fundação AVSI (2011, p.81-84), a ferramenta fundamental para controlar as atividades das ESFL é a prestação de contas, baseada na transparência e na legalidade, expressando exatamente a alocação dos recursos, possibilitando a realização da fiscalização e a cobrança de resultados por parte de investidores, parceiros ou membros da sociedade. Expressa que uma adequada prestação de contas favorece a aprovação de recursos tanto pelo setor público quanto pelo setor privado.

Tenório (2006, p.17-25, 125-126) revela que gerir supõe estar ciente das necessidades da organização e utilizar os recursos em supri-las da forma mais adequada, prestando especial atenção às questões relacionadas à prestação de contas de todas as operações realizadas. Isto resulta essencial quando se trata de um setor que administra recursos provenientes de outras organizações (parceiros) que intencionam investir em resultados previamente acordados ou prometidos no planejamento.

Pereira (2013, p.218) destaca que, no contexto do Terceiro Setor, as prestações de conta obedecem a períodos curtos (máximo trinta dias) para análise do Previsto Vs. Real. Para isto, sinaliza para o uso de “programas de controle da prestação de contas” e Sistemas de Informação Gerencial (SIG) como ferramenta fundamental de gestão nas entidades com objetivo social, assim como “a atenção para adequação às formas próprias de prestação de contas”, referindo-se tanto ao ambiente interno quanto ao ambiente externo à entidade.

Consoante a FBC (2015), a prestação de contas constitui uma das principais obrigações das ESFL, tanto no seu âmbito interno (ao órgão deliberativo) quanto ao Governo.

Prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei (FBC, 2015, p.81).

Também lembra que outro controle fundamental consiste na realização de auditoria, que “envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis” (FBC, 2015, p.104).

Em conformidade com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ), “As pessoas jurídicas constituídas sem fins lucrativos devem adotar as normas contábeis e os critérios apresentados pela Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro” (CRCRJ, 2018, p.26). Portanto, constituem as Demonstrações Contábeis obrigatórias para o Terceiro Setor as seguintes: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000. Explica também que “A finalidade das demonstrações contábeis é de demonstrar monetariamente os ativos e passivos, e o resultado apurado, utilizando critérios específicos de avaliação, reconhecendo as transações e variações patrimoniais” (CRCRJ, 2018, p.26).

Neste sentido, Ramos (2017) apresenta o termo *accountability* como sendo:

[...] obrigação que um indivíduo ou organização tem de prestar contas de suas atividades, de aceitar a responsabilidade por elas e de divulgar seus resultados de forma transparente, incluindo também a responsabilidade por dinheiro ou outros bens que lhe tenham sido confiados (RAMOS, 2017, p.69).

Para Oliveira (2009, p.51,53) existem dois tipos de prestação de contas: financeira e não financeira. A prestação de contas financeira se refere à distribuição, ao destino e ao uso dos recursos financeiros. Já a prestação de contas não financeira refere-se aos resultados obtidos relacionados à missão da entidade, ou seja, da eficácia na consecução dos objetivos da sua atividade fim. O autor diz que as prestações devem ser comparáveis com outros períodos e com outras entidades similares, denotando a necessidade de certa padronização tanto no procedimento utilizado quanto na informação apresentada, para possibilitar assim uma avaliação adequada. Para a prestação de contas financeiras, o referido autor sugere que a utilização dos procedimentos contábeis adequados, “[...] traz um rigor técnico necessário ao estabelecimento da verdade, da comparabilidade, evidenciação e transparência”. Por outro lado, o autor afirma que em geral as prestações de contas financeiras das ESFL “apresentam baixo grau de aderência às normas do CFC, [...] carecem de melhor assessoria econômico-financeira e contábil”. Também indica que as ESFL não costumam divulgar suas demonstrações contábeis em sites na internet.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa pretendeu analisar as práticas de captação e prestação de contas no uso de recursos financeiros nas organizações estudadas. Neste sentido, segundo Gil (2002, p.42) “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. Desta forma, foi classificada como de caráter descritivo e exploratório.

Quanto à sua abordagem, a pesquisa foi classificada, em uma primeira instância, como qualitativa pois, de acordo com Yin (2001, p.29), este estudo “não representa uma amostragem”, e o objetivo do pesquisador foi expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística).”

O método escolhido foi o estudo de casos múltiplos, que na visão de Gil (2002, p.54) “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Neste estudo, utilizou-se o estudo de casos múltiplos, onde foi estudado mais de um objeto com foco em entender os processos utilizados em cada um, ainda que estes processos se referem aos mesmos aspectos organizacionais; já que de acordo com Yin (2001, p.167) “Os estudos de casos múltiplos geralmente contêm tanto estudos de casos individuais quanto alguns capítulos que apresentam estudos de casos cruzados”.

A delimitação das entidades para a realização do estudo, foi realizada da seguinte forma: segundo informações do IBGE Cidades do ano 2010, em Santana do Livramento estão cadastradas 20 entidades sem fins lucrativos dedicadas à Assistência Social. (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/pesquisa/35/29951>; com acesso em 13/09/2018). Para este estudo foram escolhidas 12, dentre estas entidades, por seu trabalho com crianças, adolescentes e idosos (Anexo 1). Destas, foi possível realizar a entrevista em 10. Com respeito as duas não entrevistadas, a primeira não foi encontrada no endereço registrado e foi dita como fechada por vizinhos do lugar, ainda que em sites oficiais - <https://consultacnpj.com/>; acesso em 13/09/2018- seu estado é ativo. A segunda, inicialmente não foi encontrado um endereço, sendo localizada posteriormente. Más, quando finalmente encontrada, não foi estabelecido um contato por haver-se esgotado o tempo previsto para a

fase da coleta de dados. A população das entidades propostas inicialmente para o estudo, são apresentadas no Anexo I.

No que diz respeito à aplicação do instrumento de coleta de dados ou Forma de coleta dos dados, segundo Yin (2001, p.105) o estudo de caso requer “[...] várias fontes de evidências, ou seja, evidências provenientes de duas ou mais fontes, mas que convergem em relação ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas [...]”. Desta forma, este trabalho utilizou duas técnicas de coleta de dados. Em primeiro lugar, utilizou a análise documental, que segundo Yin (2001, 107-110) comenta das características necessárias dos documentos analisados: documentos administrativos, relatórios, documentos internos, avaliações formais, oferecer informações acuradas e que não permitam interpretações tendenciosas.

Especificamente, obteve-se acesso a informações gerais fornecidas no cadastro destas entidades segundo fornecidas pelo site governamental “<https://consultacnpj.com/>” (acesso em 13/09/2018). Em segundo lugar foi utilizado um roteiro de entrevista que foi desenvolvido para servir aos objetivos deste estudo. O mesmo é apresentado no Anexo II. Yin (2001, p.112) considera a Entrevista quanto forma de coleta de dados como “Uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso [...]”. Também segundo o autor, esta técnica pode assumir formas diversas, pode ser conduzida de maneira espontânea, e possibilita ao entrevistador que “tanto indague respondentes-chave sobre os fatos de uma maneira quanto peça a opinião deles sobre determinados eventos”. As entrevistas não foram gravadas, mas as informações consideradas relevantes foram escritas pelo entrevistador.

A técnica de análise de dados utilizada é a Análise de Conteúdo que, segundo Campos (2004, p. 613): “Produzir inferências sobre o texto objetivo é a razão de ser da análise de conteúdo”. Também sugere que a Análise de Conteúdo “não deve ser extremadamente vinculada ao texto ou técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador [...] nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias ideias ou valores [...]”

Em uma segunda instância, posteriormente à fase de organização dos dados, visualizou-se a possibilidade de realização de uma etapa quantitativa para o tratamento de parte dos dados coletados. A respeito do qual Yin (2001, p.29), declara que com esta abordagem o objetivo do pesquisador é enumerar frequências (generalização estatística). Na visão de Gil (2002, p. 50) consiste na “[...] solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados”. O autor indica que este método tem como principais vantagens: o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez, e possibilita a quantificação dos dados para a realização de análise estatística.

A técnica de análise de dados nesta etapa, foi a Análise Estatística que, segundo Gil (2002, p. 90):

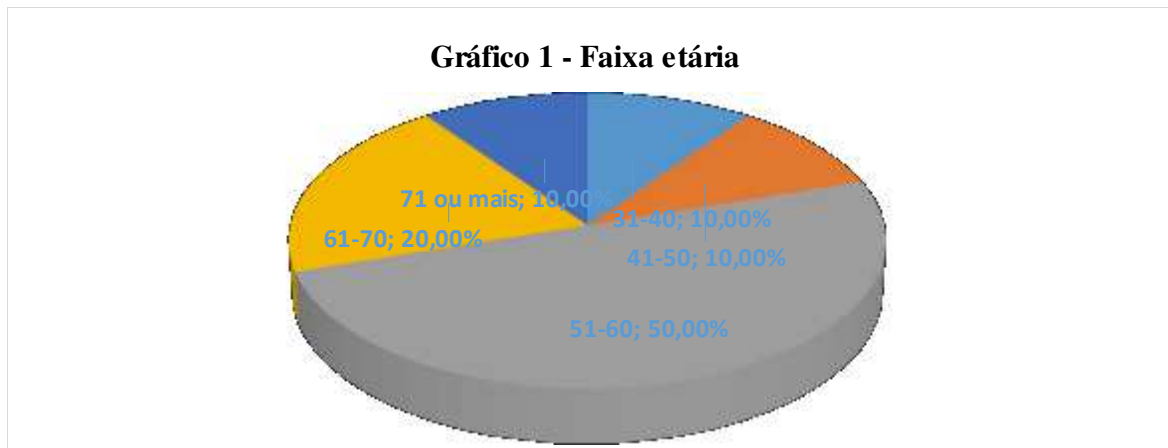
Para a análise estatística são utilizadas diferentes estratégias. Uma delas é a do emparelhamento, que consiste em associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los. Essa estratégia requer a existência de uma teoria sobre a qual a pesquisa possa apoiar-se para explicar o fenômeno ou a situação. Assim, torna-se possível verificar se há verdadeiramente correspondência entre a construção teórica e os dados observados. Outra estratégia é a da construção iterativa de uma explicação (Laville, Dionne, 1999), que não requer modelo teórico prévio. O processo de análise e interpretação é fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas. (GIL, 2002, p.90)

Desta forma, a pesquisa fica então classificada: quanto sua natureza, como aplicada; quanto a seu objeto, como exploratória; quanto aos procedimentos, como bibliográfica e estudo de caso; quanto a sua abordagem, quali-quantitativa; e, quanto aos objetivos, como descritiva.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Perfil do gestor nas organizações do terceiro setor em Santana do Livramento

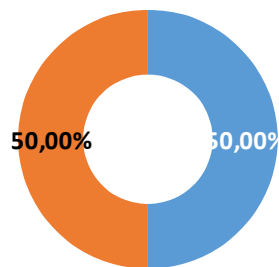
Segundo a análise dos dados coletados é possível visualizar os seguintes resultados:



Fonte: elaborado pelos autores.

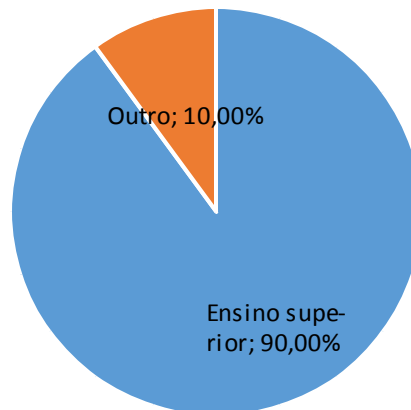
A participação de gestores com idade avançada é dominante, com uma representação de apenas 20% com idade inferior aos 51 anos.

Gráfico 2- Gênero



Fonte: elaborado pelos autores.

Evidencia-se a paridade entre a quantidade de gestores de ambos os sexos nas organizações estudadas, na cidade de Santana do Livramento.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade

Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto às áreas de formação profissional dos gestores destas entidades encontramos: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Filosofia e Magistério, sendo que em 30% dos casos possuem entre duas e três graduações.

Gráfico 4 - Remuneração

Fonte: elaborado pelos autores.

É possível observar que o trabalho voluntário é uma realidade também para a maioria dos Gestores destas entidades. Isto reflete o alto grau de comprometimento das pessoas envolvidas nas atividades destas organizações, em todos os níveis de operação das mesmas.

Portanto, segundo os dados coletados, é possível estabelecer um perfil do gestor do terceiro setor em Santana do Livramento, como uma pessoa maior de 50 anos, indistintamente do sexo masculino ou feminino, com alto nível de formação acadêmica e que realiza esta atividade de forma não remunerada. Este perfil está suportado pela teoria estudada, pois de acordo com a FBC (2015, p.15) estas entidades “apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente na sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento”. Também, o motivo que leva estas pessoas a realizar estas atividades, poderia estar reforçado pela visão de Drucker (1994, p.13-16), que aponta para o perigo do descaso Governamental, Empresarial e Acadêmico, com o Terceiro Setor, no que tange à falta de teorias específicas para o setor, assim como um maior comprometimento estatal e empresarial -que poderia estar absorvendo a força de trabalho mais jovem que precisa construir sua estabilidade econômica- em áreas essenciais para a sociedade e que estão sendo desatendidas.

4.2 Perfil das entidades sem fins lucrativos (ESFL) em Santana do Livramento

O Perfil levantado, das entidades estudadas em Santana do Livramento, pode ser visualizado, de modo geral, no quadro seguinte:

De acordo com os dados coletados e analisados no quadro 1, pode-se concluir que as entidades de Santana do Livramento mantem uma longa trajetória, com média de mais de trinta anos de existência, evidenciando a habilidade de seus gestores e a participação da comunidade, para manter sua existência nesse período de tempo. Em sua grande maioria, mantem-se a atividade-fim desde sua fundação. O motivo desta longevidade pode estar na importância dos benefícios sociais gerados por elas, essenciais para a qualidade de vida da sociedade local, assim como no compromisso de sua equipe de colaboradores. Assim para, Drucker (2001, p.13); IPB/IF/IMG (2014, p.25); Tenório (2006, p.11); FBC (2015, p.15), na maioria dos casos, estas entidades são geridas por algum de seus membros fundadores, fato que também pode explicar sua longa permanência em atividade.

Outro elemento concordante com a teoria estudada, é a quantidade de voluntários envolvidos, com uma quantidade média expressiva nas entidades estudadas, reforçando a importância do voluntariado para o desempenho destas organizações, Tenório (2006, p.11). Barbosa; Oliveira (2007, p.44). IPB/IF/IMG (2014, p. 100).

Quadro 1 – Características das ESFL

Categoria	Itens avaliados	Valor	Entidades	(%)
Atividade econômica primária	Associações de defesa de direitos sociais		9	90%
	Ensino médio		1	10%
Atividade-fim de fundação	Manteve sua atividade original		9	90%
	Não manteve sua atividade original		1	10%
Certificações / Titulações	CEBAS		4	40%
	OS		0	0%
	OSCIP		1	10%
	Utilidade Pública Estadual		4	40%
	Utilidade Pública Municipal		9	90%
Gestão profissional	Possui administrador financeiro		9	90%
Idade das entidades	Idade média em anos	31,3	10	
Pessoal remunerado	Possui funcionários		7	70%
	Quantidade média de funcionários	9,14	7	
	Valor médio da folha de pagamento em R\$	9600	7	
Pessoal não remunerado	Possui voluntários		10	100%
	Quantidade média de voluntários	14	10	

Fonte: elaborado pelos autores.

Com relação à importância de possuir certificações e titulações -IPB/IF/IMG (2014, p.20, 25, 28, 33-50), constata-se que todas as entidades possuem algum tipo de certificação,

constituindo-se em um importante requisito para a captação de recursos de fontes governamentais ou de agências internacionais.

E possível afirmar também que, de modo geral, possuem um quadro gerencial com formação adequada para o desempenho de suas funções. Fato que constitui-se em um elemento relevante para o sucesso das organizações, Drucker (1994, p.13-16).

4.3 Práticas de captação de recursos nas organizações estudadas

Em todos os casos estudados, fica evidenciada a validade da visão do autor Peter Drucker (1994, p.15-16) referente a que a captação de recursos financeiros constitui um grande desafio para o Terceiro Setor, e que, nesse sentido “O primeiro (desafio) é de converter doadores em contribuintes. [...] E há o segundo grande desafio para as instituições sem fins lucrativos: criar identidade e objetivo comuns”. Este estudo comprovou que em todas as entidades faltam recursos econômicos e também humanos. Na maioria destas entidades, é travada uma verdadeira batalha, mês a mês, para conseguir cobrir os custos básicos de funcionamento, com por exemplo, gastos com energia. Uma outra dificuldade identificada, é a de engajar pessoas comprometidas com o trabalho voluntário. Fica também evidenciada, na maioria dos casos, a dificuldade de manter em atividade no longo prazo, esses voluntários.

Assim, para Drucker (1994, p.15-16), ULBRA (2009, p.91), OAB SP (2011, p.8), quanto às práticas de captação de recursos levantadas nesta pesquisa, são algumas das sugeridas pelos autores estudados no referencial teórico. Estão constituídas por doadores permanentes assim como doadores esporádicos ou eventuais, entre estes: empresas e pessoas físicas. Também para, Pereira (2013, p.100-103); ULBRA (2009, p.91); OAB SP (2011, p.8); CRCRS (2016, p.30-37), por encaminhamento de projetos municipais e federais, para o qual são necessárias certas certificações ou titulações. Segundo Pereira (2013, p.100-103); ULBRA (2009, p.91); OAB SP (2011, p.8), a realização de eventos e campanhas.

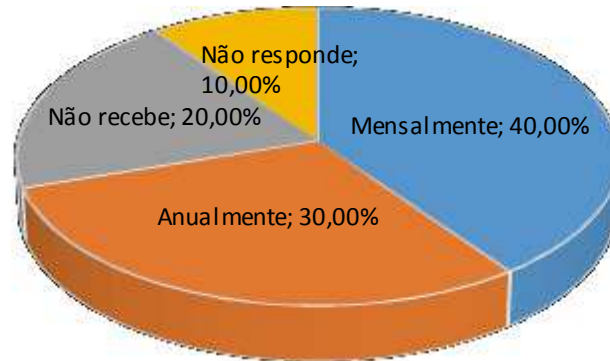
Pelo exposto no parágrafo anterior, ficam algumas fontes por explorar. Especificamente, faz-se referência a: parcerias ou projetos com agências de cooperação internacional, Tenório (2006, p.11); ULBRA (2009, p.91); OAB SP (2011, p.8); e recursos a fundo perdido; recursos disponíveis na forma de linha de crédito com juros subsidiados - ULBRA (2009, p.91).

O resultado da pesquisa evidencia, que na maior parte dos casos, a principal fonte de receita está constituída por recursos gerados nas próprias entidades, provenientes das campanhas ou eventos organizados por estas.

Também se verificou que em 2018, algumas entidades que recebiam recursos do governo municipal, tiveram esses recursos retidos. Segundo mencionado por alguns dos entrevistados, isto se deve à falta de adequação destas entidades à mudanças na legislação. Ainda, segundo um dos entrevistados: “existem dificuldades financeiras no recebimento da verba pública. A Lei número 13.019 mudou, Lei do Marco Regulatório, e existe uma falta de adequação das entidades”.

4.4 Nível de utilização e conhecimento das informações contábeis e financeiras

4.4.1 Dados levantados quanto ao recebimento e uso das demonstrações contábeis

Gráfico 5 - Recebimento de Demonstrações Contábeis

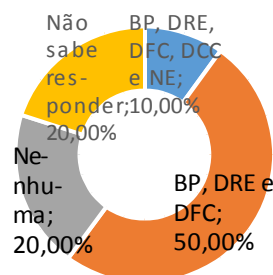
Fonte: elaborado pelos autores.

As demonstrações contábeis são geralmente proporcionadas por serviços contratados de Escritórios de Contabilidade que também auxiliam as entidades com a liquidação dos impostos.

Gráfico 6 - Tomada de decisões baseada nas Demonstrações Contábeis

Fonte: elaborado pelos autores.

Algumas entidades, devido ao baixo nível de complexidade em sua operação, não veem a necessidade de utilização das demonstrações contábeis como base para a tomada de decisões estratégicas.

Gráfico 7 - Demonstrações Contábeis recebidas

Fonte: elaborado pelos autores.

Nos gráficos 5, 6 e 7, é possível observar que uma alta percentagem das entidades recebe, ao menos anualmente, uma grande parte das demonstrações contábeis e as utiliza em seus processos de tomada de decisões, o que poderia estar relacionada ao elevado nível de formação dos gestores. A preparação destas demonstrações quanto ferramentas, constitui uma das obrigações assessoriais das ESFL: sua adequação às normas e procedimentos contábeis–CRCRS (2016, p.38-82); ITG 2002- sendo as demonstrações referidas no gráfico 7, as sugeridas na legislação. Também, a utilização das informações contidas nestas e em outras demonstrações na tomada das decisões estratégicas e operacionais das entidades, visam

maximizar o desempenho da organização nestes aspectos. Por esta razão, sua importância não deve ser subestimada ou ignorada.

4.4.2 Dados levantados quanto a realização de controles financeiros internos

O autor Peter Drucker (1994, p.13-16) aponta a gerência quanto fator-chave de sucesso para as organizações do terceiro setor. O uso de controles financeiros internos assim como a utilização das boas práticas de Contabilidade, constituem grandes ferramentas para alcançar esse objetivo.

Segue a apresentação do dados sobre o aspecto financeiro destas organizações.

Quadro 2 – Planejamento financeiro das entidades

Itens avaliados	Entidades	(%)
Possui planejamento financeiro de curto prazo	7	70%
Possui planejamento financeiro de curto e longo prazo	1	10%
Não realiza planejamento	1	10%
Não responde	1	10%
Planejamento financeiro realizado por equipe diretiva	5	71%
Planejamento financeiro realizado pelo Tesoureiro	2	29%
Realiza um controle regular do planejamento	6	75%

Fonte: elaborado pelos autores.

No que tange à realização de controles financeiros, percebe-se na informação apresentada no quadro 2, que uma parte significativa das organizações não consegue levar adiante um planejamento financeiro. Segundo a maioria dos entrevistados, isto se deve a que os recursos financeiros levantados são tão escassos e a aplicação cotidiana dos mesmos, mês a mês, acaba resultando tão óbvia, que não se faz necessário tal planejamento. As entidades entrevistadas parecem estar bem cientes de sua capacidade de arrecadação, sempre insuficientes, apesar dos esforços e das campanhas realizadas. Face à limitação das receitas, resta a alternativa de “cortar” as despesas operacionais, sendo que as mesmas, vêm sendo reduzidas ao mínimo necessário, para a manutenção das atividades, ao longo dos anos. Fica evidenciado, que a manutenção das atividades operacionais das organizações pesquisadas, está alicerçada em dois elementos fundamentais, que são: 1. a captação de recursos financeiros junto as diversas fontes; 2. os recursos humanos, que garantem tanto a parte operacional quanto a parte financeira das organizações. Uma outra constatação, é de que o Estado já não mais é visto, como um parceiro de confiança no que se refere à obtenção de recursos financeiros.

Quadro 3 – Realização de controle financeiro interno

Itens avaliados	Entidades	(%)
Realiza controle financeiro interno	6	60%
Utilização de software para o controle financeiro interno	0	0%
Realiza algum controle de Fluxo de Caixa	7	70%
Considera que o controle financeiro realizado é eficaz	7	100%
Realiza algum controle de Pagamentos e Recebimentos	7	70%
Encontra alguma dificuldade na realização dos controles internos	0	0%
Encarregado de realizar os controles		
Contador	1	12,5%
Coordenador/Assistente administrativo	2	25%
Outro	1	12,5%
Tesoureiro	4	50%
Considera importante a implantação de outro modelo de controle	1	14%
Utiliza as informações geradas no FC na tomada de decisões	6	86%
Não utiliza as informações geradas no FC na tomada de decisões	1	14%
Nas análises das demonstrações realizam cálculos de indicadores financeiros	3	43%
O Contador realiza o cálculo dos indicadores financeiros	3	100%
Utiliza o Índice de Liquidez	3	100%

Fonte: elaborado pelos autores

Quanto aos controles internos, também veem sua aplicação afetada pelo baixo fluxo de recursos financeiros que circulam nas organizações (em sua maioria). Desta forma, os controles são realizados com muito baixo nível de complexidade, ajustando-se às ferramentas e outros recursos disponíveis nestas entidades, o que acaba facilitando a tarefa das pessoas responsáveis, as quais geralmente cumprem outras funções e responsabilidades dentro das entidades e fora delas.

4.4.3 Esforços organizacionais quanto à transparência e prestação de contas

Do ponto de vista administrativo, este pode ser o ponto fraco na gestão destas organizações. Porém, como foi apresentado no ponto anterior, isto resulta do baixo fluxo financeiro movimentado. A maior parte destas entidades deveria contratar um serviço externo, para a realização destas tarefas, o que resultaria em incremento das despesas. Razão pela qual, este serviço somente é contratado quando extremamente necessário, como por exemplo, quando há a necessidade de renovar uma certificação, o que ocorre em média a cada três anos; quando a empresa tem projetos governamentais em andamento ou para liquidação de impostos e encargos.

Desta forma, apresenta-se a situação levantada, a seguir:

Itens avaliados	Entidades	(%)
A entidade realiza algum tipo de prestação de contas	5	50%
Não foi realizada a questão	4	40%
Não responde, não realiza ou não sabe responder	1	10%
É possível disponibilizar as Demonstrações Contábeis	2	20%
Não é possível disponibilizar as Demonstrações Contábeis	1	10%
Não foi realizada a questão	4	40%
Não responde	3	30%

Fonte: elaborado pelo autor

As informações contidas no quadro 4, também devem ser interpretadas dentro do contexto da problemáticas destas entidades. De acordo com o que foi observado, as Demonstrações Contábeis não estão disponíveis periodicamente, porque as entidades operam em um baixo nível de complexidade. Deve-se, entretanto, destacar que na maioria das situações elas são elaboradas, mas não disponibilizadas no tempo adequado, para a tomada de decisões. Constatou-se ainda, que as organizações possuem um serviço de Contabilidade Externa, contratado ou voluntário, que é demandado quando necessário.

Foi mencionado por vários entrevistados, que a prestação de contas é geralmente realizada em reuniões da Diretoria, ocasiões específicas. Informam ainda, que esses “relatórios” não só abrangem as finanças, mas também o andamento das atividades-fim. Isto vai de acordo com o que sugere Oliveira (2009, p.51,53) no que se refere a prestação de contas financeira e prestação de contas não financeira.

Por último, a situação das entidades em Santana do Livramento, referente à prestação de contas, vai de acordo com o que sugere também Oliveira (2009, p.51,53), menciona que em geral, neste ponto, as ESFL “[...]apresentam baixo grau de aderência às normas do CFC, [...] carecem de melhor assessoria econômico-financeira e contábil” e também indica que as ESFL não costumam divulgar suas demonstrações contábeis em sites na internet.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as práticas de captação e prestação de contas no uso de recursos financeiros em entidades filantrópicas que atendem crianças, adolescentes e idosos na cidade de Santana do Livramento – RS. Para tanto, com a utilização da técnica de análise documental e de entrevista estruturada, identificou-se o perfil do gestor nas organizações do terceiro setor em Santana do Livramento; identificou-se o perfil das entidades ESFL em Santana do Livramento; identificaram-se as práticas de captação de recursos nas organizações estudadas e analisou-se o nível de utilização e conhecimento das informações contábeis e financeiras.

Referente às práticas de captação de recursos financeiros, verificou-se que, dentre as apresentadas, as mais exploradas constituem, por sua importância atual nas entidades, em primeiro lugar, os recursos obtidos com a organização de campanhas ou eventos e, em segundo lugar, os recursos financeiros provenientes de fontes governamentais, resultando insuficientes.

Isto evidencia a falta de planejamento a médio e longo prazos. Este planejamento serviria para canalizar parte dos esforços de trabalho destas organizações, de forma a torna-lo regular e constante, na busca de outras fontes de recursos permanentes, resultando em um

fortalecimento da estabilidade financeira, da sustentabilidade e na quantificação dos benefícios sociais gerados.

Quanto ao nível de prestação de contas no uso de recursos financeiros, evidenciou-se um baixo nível na prática desta relevante ação, o qual, poderia estar restringindo sua capacidade de captação de recursos financeiros e não financeiros.

As constatações mencionadas nos dois parágrafos anteriores, se implementadas, poderiam potencializar a sustentabilidade destas organizações, especialmente se associadas ao uso eficiente do Marketing Social.

Constituíram alguns elementos facilitadores para a realização deste trabalho, a existência de vasta produção científica referente ao tema estudado disponível na internet (na forma de publicações acadêmicas) assim como textos de vários autores mundialmente conhecidos. Destaca-se a excelente atenção recebida em todas as entidades visitadas para a pesquisa, o que demonstra um grande anseio por parte destas, de uma maior atenção dispensada pela comunidade acadêmica.

As limitações do estudo estão associadas, em primeiro lugar, à impossibilidade de acesso às demonstrações contábeis das empresas entrevistadas, não abrangendo outras informações ou verificações. Neste sentido, o IPEA disponibiliza uma base de dados com informações dos balanços apresentados pelas ONGs cadastradas no país, como instrumento de prestação de contas para o governo (<https://mapaosc.ipea.gov.br/>), más infelizmente está desatualizado desde 2011. Um segundo fator limitador à destacar, é o fato de que alguns dos respondentes não ter o conhecimento das práticas contábeis das entidades, destaca-se ainda, que a maior parte das informações financeira e contábil, são elaboradas por escritórios de contabilidade, sejam eles contratados ou voluntários.

Como sugestões para futuras pesquisas, aponta-se para quatro direções. A primeira seria realizar um estudo extensivo quanto às fontes de recursos financeiros, existentes ou ainda não exploradas, e sua forma de acesso, para auxiliar o terceiro setor. Uma outra oportunidade seria, pesquisar o nível de aderência dos estudantes de graduação em Administração da Fundação Universidade Feral do Pampa (UNIPAMPA), do Campus de Santana do Livramento, à realização de estágios supervisionados em ONGs do Município, sendo que alguns dos entrevistados identificaram esta possibilidade como uma excelente alternativa para a solução de várias dificuldades enfrentadas pelo setor. Uma outra possibilidade de estudo, seria quanto ao nível de capacitação específica voltada para o perfil da gestão no terceiro setor, existente ou necessária na Graduação em Administração. Uma última sugestão, seria realizar um estudo sobre a existência ou a possibilidade de criação de Conselhos Municipais, Estaduais ou Federais, para apoiar o trabalho no cuidado aos idosos, já que existem vários que cuidam de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **O dinheiro das ONGs: Como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades - e porque isso é fundamental para o Brasil.** Brasil: [s. n.], 2014. Disponível em:<http://www.fundacaoabh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Novo_manual_E-book.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins; OLIVEIRA, Carolina Felipe de. **Manual de ONGS: Guia prático de orientação jurídica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo:** ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista brasileira de enfermagem, Brasília (DF), p.611-614, set/out 2004. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>> Acesso em: 19 mai. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Contabilidade do terceiro setor:** Igrejas. Rio de Janeiro: [s. n.], 2018. Disponível em:<
<http://webservice.crcrj.org.br/APOSTILAS/A0962P0431.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Terceiro Setor:** Guia de Orientação para o Profissional da Contabilidade. Porto Alegre: [s. n.], 2016. Disponível em:<
http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

DRUCKER, Peter. Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos: Princípios e Práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

_____. Introdução?. In:STERN, Gary J. **Terceiro Setor:** Ferramenta de auto-avaliação para empresas. São Paulo: Futura, 2001.

FUNDAÇÃO AVSI. **A empresa como fator de desenvolvimento do território:** Regulamentação legislativa da responsabilidade social corporativa e do terceiro setor. 2. ed. Belo Horizonte: [s. n.], 2011. ISBN 978-85-89391-06-01. Disponível em:<
https://www.avsi.org/upload/publication/0/32.pdf?_636348597979876372>. Acesso em: 14 abr. 2018.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos para o Terceiro Setor:** Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social. Brasília: [s. n.], 2015. Disponível em:<
http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf> Acesso em: 14 abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO PRO BONO; INSTITUTO FILANTROPIA; INSTITUTO MARA GABRILLI. **Novo Manual do Terceiro Setor.** 1. ed. São Paulo, 2014. Disponível em:<
http://img.org.br/_wps/wp-content/uploads/2016/03/novo_manual2.pdf> Acesso em: 14 abr. 2018.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro.** Recife: O Autor, 2009. [Dissertação de Mestrado, UFPE].

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Captação de recursos para o Terceiro Setor:** Aspectos Jurídicos. São Paulo: [s. n.], 2011. Disponível em:<
http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/captacao_aspjur21092011%20revisada.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS; Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. E-book. Disponível em: <

<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> >. Acesso em: 04 jun. 2018.
PEREIRA, Milton (Org.). **Gestão para Organizações Não Governamentais**. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2013. Disponível em:<<http://www.institutofonte.org.br/sites/default/files/Livro%20Gest%C3%A3o%20Para%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20N%C3%A3o%20Governamentais%20-%202013.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2018.

RAMOS, Claudinéli Moreira. Indicadores como ferramenta de comprovação de resultados na área da Cultura?. In: GRADIM, Carlos (Org.). **O terceiro setor na gestão da cultura: A perspectiva a partir do Museu de Arte do Rio**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017. p.68-92. Disponível em:<http://www.museudeartedorio.org.br/sites/default/files/o_terceiro_setor_na_gestao_da_cultura.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. **Administração do terceiro setor**. Ibpex: Curitiba, 2009. Disponível em:<https://www.academia.edu/28686235/Livro_-_Administra%C3%A7%C3%A3o_do_Terceiro_Setor>. Acesso em: 14 abr. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.